

**Educação ambiental e parcerias público-privadas: uma investigação no município de Lavras - MG**

*Environmental education and public-private partnerships: an investigation in the municipality of Lavras-MG*

*Educación ambiental y asociaciones público-privadas: una investigación en el municipio de Lavras-MG*

**Michelle Julia de Souza**

Mestre em Educação, UFLA, Brasil  
michelle.souza91@gmail.com

**Celso Vallin**

Professor Doutor em Educação, UFLA, Brasil  
celso.vallin@gmail.com

**Gustavo Costa de Souza**

Professor Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, UFLA, Brasil,  
gustavo.costa@ufla.br

**Antonio Fernandes Nascimento Junior**

Professor Doutor em Educação, UFLA, Brasil  
toni\_nascimento@yahoo.com.br

## RESUMO

Ao longo da história, a relação do homem com a natureza se baseia na exploração do meio ambiente para atender às suas necessidades, aumentando a exploração e influenciando os moldes culturais da sociedade. Nossa sociedade tem se desenvolvido explorando os recursos naturais sem se preocupar com seu esgotamento, causando impactos muitas vezes irreversíveis, extinguindo fauna e flora numa dimensão devastadora. Nesse contexto a educação ambiental surge como tentativa de possibilitar a minimização de tais impactos, elaborando uma série de propostas com o intuito de auxiliar-nos na reflexão, recuperação e superação das formas como se configura a relação sociedade - natureza. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é relatar o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, em que se buscou investigar se e como acontece a educação ambiental nos anos finais do ensino fundamental na rede municipal de Lavras-MG. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo a primeira com o responsável pelos anos finais do ensino fundamental dentro da secretaria municipal de educação, e as outras três com as diretoras das escolas. Nas entrevistas foi possível constatar que a concepção de educação ambiental dos envolvidos é um tanto quanto limitada. Os exemplos citados giraram em torno da conscientização dos alunos acerca de temas como reciclagem, economia de água e criação e manutenção de hortas, além disso, a maioria dos projetos de educação ambiental que são desenvolvidos acontecem através de parcerias público-privadas. Esta concepção é insuficiente, pois não compreende a educação ambiental em toda sua complexidade, numa perspectiva crítica, para além das ações individuais ou pontuais, e que levem em conta os aspectos sociais das relações com a natureza no capitalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental. Parceria Público-Privada. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

*Throughout history, man's relationship with nature is based on exploring the environment to meet his needs, increasing exploration and influencing the cultural patterns of society. Our society has developed by exploiting natural resources without worrying about their depletion, many times causing irreversible impacts, extinguishing fauna and flora in a devastating dimension. In this context, environmental education emerges as an attempt to minimize these impacts, elaborating a series of proposals with the purpose of helping us to reflect, recover and overcome the ways in which the relationship between society and nature is structured. In this perspective, the objective of this work is to report the development of qualitative research, in which it was sought to investigate if and how environmental education happens in the final years of elementary education in the municipality of Lavras-MG. Four interviews were carried out, the first one with the officer for the final years of elementary education within the municipal education department, and the other three with the heads of the schools. In the interviews, it was possible to verify that the conception of environmental education of those involved is somewhat limited. The examples cited revolved around raising students' awareness of topics such as recycling, water saving and gardening, and most of the environmental education projects that are being developed take place through public-private partnerships. This conception is insufficient because it does not understand environmental education in all its complexity, in a critical perspective, beyond individual or punctual actions, and do not take into account the social aspects of relations with nature in the capitalism.*

**KEYWORDS:** Environmental Education. Public-private Partnerships. Public Policies.

## RESUMEN

*A lo largo de la historia, la relación del hombre con la naturaleza se basa en la explotación del medio ambiente para atender a sus necesidades, aumentando la explotación e influenciando los moldes culturales de la sociedad. Nuestra sociedad se ha desarrollado explorando los recursos naturales sin preocuparse por su agotamiento, causando impactos muchas veces irreversibles, extinguiendo fauna y flora en una dimensión devastadora. En este contexto la educación ambiental surge con lo intento de posibilitar la minimización de tales impactos, elaborando una serie de propuestas con el propósito de ayudarnos en la reflexión, recuperación y superación de las formas como se configura la relación sociedad-naturaleza. En esta perspectiva, el objetivo de este trabajo es relatar el desarrollo de una investigación cualitativa, en la que se buscó investigar si y cómo ocurre la educación ambiental en los años finales de la enseñanza fundamental en la red municipal de Lavras-MG. Se realizaron cuatro entrevistas, siendo la primera con el responsable por los años finales de la enseñanza fundamental dentro de la secretaría municipal de educación, y*

*las otras tres con las directivas de las escuelas. En las entrevistas fue posible constatar que la concepción de educación ambiental de los involucrados es un tanto limitada. Los ejemplos citados giraron en torno a la concientización de los alumnos acerca de temas como reciclaje, economía de agua y creación y mantenimiento de huertos, además, la mayoría de los proyectos de educación ambiental que se desarrollan ocurren a través de alianzas público-privadas. Esta concepción es insuficiente, pues no comprende la educación ambiental en toda su complejidad, desde una perspectiva crítica, más allá de las acciones individuales o puntuales, y que tengan en cuenta los aspectos sociales de las relaciones con la naturaleza en el capitalismo.*

**PALABRAS CLAVE:** Educación Ambiental. Asociación Público-Privada. Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

A relação do homem com a natureza se baseia ao longo da história, no sentido de explorar o meio ambiente para atender às suas necessidades, aumentando a exploração e influenciando nos moldes culturais, os quais a sociedade se fundamentou/a. Percebendo que essa relação se dá numa esfera social, e que a maneira como nos organizamos é que mostra como vão se dar nossas relações, ao extravasarmos nosso olhar para o todo, ou seja, voltar nossa atenção para o sistema ao qual estamos inseridos (capitalista), existem além de muitas questões, um processo de apropriação e exploração dos recursos naturais – onde as grandes empresas se estabelecem, modificam e exploram até o esgotamento.

Nesse contexto surge a necessidade de educar o homem para uma consciência ambiental. Educação ambiental (EA) nesse sentido é o nome para designar as atividades educativas ligadas às pautas ambientais. Carrega no nome um viés que vai além das atividades educativas tradicionais, defendendo fundamentos epistemológicos, objetivos, currículo, valores e ética, voltados para auxiliar na formação de uma sociedade sustentável.

Lima (2011) descreve a educação ambiental como sendo “um campo de atividade e de saber constituído, mundial e nacionalmente, nas últimas décadas do século XX, com o objetivo de responder a um conjunto de problemas manifestos nas relações que envolviam a sociedade, a educação e o meio ambiente” (LIMA, 2011).

A EA permeia todo o contexto educacional, contém uma história própria que a diferencia da educação tradicional, e algumas autoras como Pádua e Sá consideram que “se a educação fosse abrangente e integradora, prescindiria de adjetivos, e as questões ambientais estariam inseridas em todas as situações educativas vividas pelos cidadãos em seu cotidiano” (PÁDUA; SÁ, 2002).

A educação em países ditos desenvolvidos é concebida como bem social, onde os cidadãos têm a oportunidade de receber uma formação de qualidade, porém esse bem social em países considerados subdesenvolvidos como o Brasil é controlado, abrindo espaço para manipulação a favor do sistema capitalista, através de um ensino tecnicista, em que a formação é voltada para o mercado, adestrando as pessoas e as preparando para oferecer mão de obra barata numa cultura de consumismo, fazendo com que aumente o abismo social em que vivemos (Pádua e Sá, 2002).

Nossa sociedade tem se desenvolvido ao longo do tempo explorando os recursos naturais sem se preocupar com seu esgotamento, causando impactos muitas vezes irreversíveis, extinguindo fauna e flora numa dimensão devastadora. Nesse contexto a EA surge na tentativa de possibilitar a minimização de tais impactos, elaborando uma série de propostas através de importantes eventos com o intuito de auxiliar-nos na superação, recuperação e reflexão acerca da relação sociedade -natureza.

O ano de 1945 é citado como o marco simbólico da ecologização, uma vez que, foi neste ano que a primeira bomba H foi testada no novo México (EUA), meses depois foram soltas as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Foi neste momento que a sociedade passou a questionar mais sobre a proporção dos impactos causados pela atuação humana no meio ambiente.

As necessidades de reflexão com os problemas ambientais trazem à tona preocupações desde o potencial bélico e nuclear mundial, às técnicas de engenharia genética modernas, as mudanças climáticas, redução da biodiversidade, o crescente aumento da camada de ozônio, pessoas morrendo por doenças causadas pelo consumo de água inadequada, perpassando por guerras financiadas ou geradas em detrimento da exploração dos recursos naturais até um número expressivo de pessoas sobrevivendo do lixo (Lima, 2011).

Em 1948 aconteceu uma conferência internacional realizada na cidade francesa de Fontainebleau, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do governo da França, marcando o surgimento da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), a mais importante organização conservacionista até a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1972.

O final dos anos de 1960 e começo dos anos de 1970 ficaram marcados por acentuadas reflexões acerca da relação meio ambiente e crescimento econômico. Em 1968 o economista italiano Aurélio Peccei montou uma equipe composta por políticos, cientistas, educadores e economistas para estudar a fundo essa relação. Ali foram levantadas questões preocupantes quanto ao consumo desenfreado dos recursos naturais e também sobre o crescimento populacional mundial. Esse grupo ficou conhecido como “Clube de Roma”, sendo publicado, em 1972, o relatório no livro Limites do crescimento (Corazza, 2005). Tal relatório estudou ações para se obter no mundo um equilíbrio global como a redução do consumo, tendo em vista determinadas prioridades sociais e foi considerada uma referência para a discussão e para projetos nas décadas subseqüentes, tendo sido atualizado em 2004.

Todavia, o relatório foi muito criticado pelos intelectuais latino-americanos que percebiam nas entrelinhas que os países subdesenvolvidos é que precisariam modificar as taxas de crescimento populacional e consumo, para que se permitisse a manutenção do estilo de vida dos países desenvolvidos. Mas o mais relevante do “Clube de Roma” foi colocar a problemática ambiental em um debate planetário (Reigota, 1994).

Lima (2011) traz que o contexto econômico no mundo pós-guerra até a década de 1970 chama atenção pelo desenvolvimento e crescimento econômico dos países industrializados, tanto capitalistas quanto socialistas, e de um pequeno grupo de países menos desenvolvidos, tendo o Brasil entre estes, apoiados na exploração desenfreada dos recursos naturais, considerados na época como inesgotáveis, apresentando resultados que numa ordem social e ecológica chamava atenção para a ameaça de escassez futura.

Em 1972, pela primeira vez, 133 Países se reuniram na primeira conferência global em Estocolmo (Suécia) promovida pela Organização das Nações Unidas para discutir e elucidar questões acerca dos problemas ambientais. No evento foi levantado elementos emergentes para a necessidade de reflexão sobre tais problemas, e meios de repensar o crescimento populacional, esse evento foi considerado um marco histórico político internacional (Passos, 2012; Pedrini, 1997).

No momento em que aconteceu a Conferência de Estocolmo os posicionamentos do Brasil frente às questões ambientais foram categoricamente contrários do restante do mundo, nossos representantes políticos declararam que desde que o produto nacional bruto aumentasse, não havia problemas quanto à degradação ambiental. Foram feitas propagandas

indicando a abertura do país para empresas se instalarem sem restrições quanto à poluição. Dias (1991) aponta que:

Foi um escândalo internacional! Quando representantes de todo o mundo se reuniam preocupados com a degradação ambiental do planeta, o Brasil apresentava uma proposta absolutamente em sentido contrário! À época, alguns militares, então no poder, viram na Conferência indício de tentativas de aborto do desenvolvimento dos países pobres, através do controle ambiental. Nessa esteira, dezenas de indústrias se instalaram no país produziram Cubatão, Rio Guaíba, Tietê, Projeto Carajás, etc, cujas mazelas ainda estamos tentando reparar (DIAS, 1991).

Entretanto pressionado pelo Banco Mundial e instituições ambientalistas que já se encontravam no Brasil, o então Presidente da República se viu obrigado a criar na esfera no Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que foi a primeira entidade oficial no Brasil. O gestor responsável pelo órgão foi o professor Paulo Nogueira Neto, que elaborou leis e estruturas em que muitas permanecem até os dias atuais. Planejado como órgão de gestão de poluição, a SEMA constituiu o programa das estações ecológicas (pesquisa e preservação), alcançando significativas conquistas, contudo no âmbito da EA, a ação foi bastante limitada devido às inclinações políticas da época.

De acordo com Pedrini (1997) e Jacobi (2005) em 1975 a Educação Ambiental (EA) se torna objetivo educativo em um evento realizado em Belgrado, ganhando importante espaço com a criação de um documento chamado “Carta de Belgrado”, onde foram discutidos os princípios e orientações para o futuro. Neste evento questões sociais relevantes como fome, poluição, erradicação da pobreza e dominação e exploração humana foram amplamente discutidas e refletidas, foi criado também o Programa Internacional de Educação Ambiental.

No Brasil a discussão acerca das questões ambientais foi influenciada por questões externas e internas. As externas se originaram pelos diversos movimentos que aconteceram em âmbito internacional e que ganharam visibilidade pelos múltiplos meios de comunicação, pela inclusão das questões ambientais nos programas de crédito dos maiores bancos internacionais, as ONGs que defendiam a questão ambiental e governos que de alguma maneira exerceram influência no País (Lima, 2011).

No que diz respeito às influências internas o autor traz a perspectiva histórica em que o Brasil é explorado desde os primórdios, com ciclos econômicos intermináveis através da extração de recursos naturais e matéria prima para exportação (Lima, 2011).

São exemplares os casos do pau-brasil, do açúcar, do algodão, da borracha, da madeira, do cacau, do café e do ouro. Mais recentemente, a exportação de produtos primários ou industriais para financiar os custos da dívida externa, a abertura aos capitais internacionais interessados na mineração e no agronegócio, incluindo o etanol, o patenteamento de espécies nativas por multinacionais estrangeiras e a venda de terra brasileira a grupos estrangeiros parece dar a tônica de nossa história ambiental e continuidade ao processo de exploração colonial sob outras roupagens (LIMA, 2011).

Em 1977 fundamentado na Conferência Internacional de Tbilisi foi criado o primeiro documento sobre EA no Brasil, firmado em parceria pela Secretaria Especial do Meio Ambiente

e pelo Ministério do Interior (Dias, 2000). Outras conferências se sucederam desde então, com o enfoque de firmar e implementar questões dos eventos passados.

A EA torna-se um pressuposto essencial da educação fundamental, alicerce do desenvolvimento pessoal e social. Tende a inserir dinâmicas sociais em configurações extensas de solidariedade, instaurando uma linha colaborativa e crítica dos fatos socioambientais. O ponto principal da EA é nossa relação com o meio ambiente.

Nesse sentido faz-se necessário refletir como se dá a formação de professores para construir o conhecimento de maneira que fuja do modelo tradicional e conservador. A formação inicial e continuada historicamente se construiu de forma fragmentada e descontextualizada, onde podemos observar desde o modelo 3+1, em que os professores em formação recebiam três anos de formação bacharel e um de disciplinas pedagógicas (Saviani, 2009). Nesse contexto, é importante ressaltar a necessidade de dialogar uma formação crítica e reflexiva, onde o professor como formador de opinião tenha autonomia para desenvolver práticas que envolvam seus alunos e desperte neles um senso crítico. Para Celestino (2006):

Não há lugar para uma formação dogmática; ao contrário, o paradigma sobre o qual se constrói a sociedade atual requer uma formação científica que seja analítica e crítica. Esses dois aspectos da formação científica são essenciais para viabilizar a qualidade do ensino e, conseqüentemente dos egressos do sistema escolar (CELESTINO, 2006).

A EA aparece como obrigatória nos currículos no Brasil somente em 1999, com a promulgação da Lei 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e sua relação com as perspectivas sobre o ensino formal, além de servir de base para a elaboração da resolução N° 2, de 15 de junho de 2012, que constitui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, visando subsidiar os educadores no aprimoramento de suas práticas, tornando a EA interdisciplinar, em todos os níveis de ensino, desde a Educação infantil até o Ensino Superior.

Saito (2002) traz que apesar de ser um marco importante, o contexto tradicional ainda era fortemente enraizado com a promulgação desta lei, pois a sede pelo desenvolvimento econômico dificultava (o contexto atual não é diferente) o desenvolvimento educacional, político, cultural e ambiental que se propunha.

Para Furtado (2009)

Nesse sentido, com uma baixa participação política e cidadã nas questões vistas como ambientais, o Estado voltado aos interesses privados capitalistas e ao reducionismo no tratamento do ambiente, a Educação Ambiental se constituiu de modo precário como política pública em educação. Algo manifestado até hoje na ausência de recursos financeiros para programas que possam implementá-la como parte constitutiva das políticas sociais e programas de governo (FURTADO, 2009)

Ainda segundo a autora a Lei 9795/99 foi feita de maneira descontextualizada, uma vez que, ao fazer análise de Leis de outros países percebeu que a nossa era muito parecida, ocorrendo assim, um distanciamento da realidade brasileira (FURTADO, 2009).

A educação ambiental é um tema de extrema importância dentro dos estabelecimentos de ensino, nesse sentido cabe aos professores e toda a rede de ensino se posicionar e assumir a postura necessária dentro e fora da sala de aula. Entretanto a formação de professores, tanto inicial quanto continuada apresenta um rastro histórico de dificuldades para se estabelecer e encontrar um caminho para a busca da autonomia, da liberdade de ensino e formar alunos com a consciência crítica necessária para refletir acerca dos problemas ambientais e olhar com cautela para os verdadeiros depredadores do ambiente.

Nessa perspectiva o objetivo deste trabalho é relatar o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, em que, se buscou investigar se e como acontece a educação ambiental nos anos finais do ensino fundamental na rede municipal de Lavras-MG.

### **METODOLOGIA**

A abordagem escolhida para realização deste trabalho foi a qualitativa e o método de coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas. A pesquisa de abordagem qualitativa é escolhida quando a pesquisa tende a se concentrar na totalidade dos fatos, e não somente nos resultados e produto, proporcionando um compartilhamento rico entre os interlocutores, valorizando os diferentes diálogos e práticas observados em campo, entendendo as diferentes perspectivas e contextos sociais (LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

Lüdke e André (1986) trazem que a pesquisa por meio de entrevistas é um instrumento rico, pois possibilita a interação entre os interlocutores, retirando o ar de hierarquização que pode existir entre o pesquisador e o pesquisado em outros instrumentos de pesquisa, como a observação unidirecional, ou os questionários. Este tipo de entrevista retira a rigidez daquelas que já vêm pronta, com questões ordenadas, possibilitando um diálogo fluido e autêntico, onde é possível alcançar o dado necessário com um público diverso. Ainda segundo as autoras, as entrevistas mais abertas são mais flexíveis e possibilitam o esclarecimento de dúvidas, correções e adaptações que são mais difíceis em outros tipos de coletas de dados.

Considerando que no Município de Lavras - MG, existem em torno de 15 escolas que oferecem formação nos anos finais do ensino fundamental, para realização das entrevistas fizemos um recorte de três destas escolas.

A pesquisa se inicia fazendo uma busca se existe educação ambiental no município e se sim, como ela é desenvolvida. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo a primeira com o responsável pelos anos finais do ensino fundamental dentro da secretaria municipal de educação, e as outras três com as diretoras das escolas.

Um exemplo tratado nas entrevistas foi de que nas escolas localizadas em área rural houve em 2015 uma ação de EA ligada ao Sebrae que é interesse do empresariado. Outro foi de uma rede de supermercados que atua dentro das escolas, desenvolvendo projetos de construção de hortas, e um último é da Ferrovia Centro Atlântica que trabalha dentro das escolas com projetos voltados para a EA.



## DISCUSSÃO

Nas entrevistas foi possível constatar que a concepção de educação ambiental dos envolvidos é um tanto quanto reducionista. Os exemplos citados giraram em torno da conscientização dos alunos acerca de temas como reciclagem, economia de água e criação e manutenção de hortas, além disso, a maioria dos projetos de educação ambiental que são desenvolvidos acontecem através de parcerias público-privadas. Muitas empresas buscam a secretaria municipal para estabelecer parcerias e desenvolver projetos com cunho ambiental dentro das escolas.

O estudo e aprofundamento da educação ambiental não nos permitem dissociá-lo das discussões sociais, tendo em vista que devido à diversidade e história do campo, é possível constatar diferentes perspectivas a partir das disputas que concorrem dentro deste espaço.

Assim como na história da educação, a concepção de educação ambiental está impregnada de uma visão conservadora, tradicional, que reduz as preocupações acerca do tema à visão simplificada, descontextualizada do campo social, político, cultural e histórico, possivelmente porque na época não era plausível entender que olhar a educação ambiental necessitava de um olhar mais social e político, e de acordo com Layrargues e Lima (2011) “a face mais visível da crise ambiental em seu princípio foi a destruição da natureza e porque as ciências ambientais ainda não estavam maduras o suficiente para compreender a complexidade das relações entre sociedade e natureza”. Nesse contexto Loureiro e Layrargues (2001) trazem que é a partir dos anos 1990 que a visão conservadora começa a perder força e a discussão política e social ganha espaço na área, possibilitando o nascimento de outras correntes político-pedagógicas.

Nesse sentido os autores consideram que atualmente existem três principais tendências político-pedagógicas dentro do campo da educação ambiental, a conservadora, a pragmática e a crítica.

A vertente conservadora se baseia em discussões completamente dissociadas do campo social e político, traz um discurso de que é preciso conservar para ter, amar para não acabar e de acordo com Layrargues e Lima (2011):

Apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança dos comportamentos individuais em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo como paradigma dominante. É uma tendência histórica, forte e bem consolidada entre seus expoentes, atualizada sob as expressões que vinculam Educação Ambiental à “pauta verde”, como biodiversidade, ecoturismo, unidades de conservação e determinados biomas específicos, mas não parecer ser a tendência hegemônica no campo na primeira década do século XXI (LAYRARGUES E LIMA, 2011).

A vertente pragmática nasce da proposta conservadora e se baseia no discurso apoiado na defesa do meio ambiente e da sustentabilidade, tanto no quesito de consumo sustentável, como na produção de lixo e desenvolvimento, aparece como uma possibilidade de ajustamento ao sistema capitalista, expressa os interesses do mercado, na tentativa de encaixar a maneira como o sistema incita o consumo ao compromisso de se produzir lixo

consciente, como se fosse possível numa época onde a geração de produtos eletrônicos e a constante troca a qual somos estimulados a fazer com lançamentos de novos produtos praticamente diários, nos lembrando em todos os meios de comunicação de que os nossos estão ultrapassados e que adquirir um novo é sinônimo de status.

Essa perspectiva percebe o meio ambiente destituído de componentes humanos, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, aludindo-se então ao combate ao desperdício e à revisão do paradigma do lixo que passa a ser concebido como resíduo, ou seja, que pode ser reinserido no metabolismo industrial. Deixa à margem das considerações a questão da distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens ambientais pelos processos desenvolvimentistas, e resulta na promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base, inclusive aqueles responsáveis pela própria crise ambiental (LAYRARGUES E LIMA, 2011).

A vertente crítica nasce apoiada nas discussões em torno da teoria crítica, da pedagogia freireana, da educação popular, emancipatória e no processo de gestão ambiental. Busca discutir a colocação do ser humano politizado frente às demandas do sistema de maneira autônoma, reflexiva, e se posicionando contra as desigualdades provocadas pela injustiça socioambiental (Layrargues e Lima, 2011). Ainda segundo os autores:

Além dessa preocupação política a Educação Ambiental Crítica tende a conjugar-se com o pensamento da complexidade ao perceber que os novos riscos e questões contemporâneas, como é o caso dos problemas ambientais, não encontram respostas em soluções disciplinares e reducionistas. Daí seu potencial para incorporar algumas falsas dualidades que o paradigma cartesiano agregou historicamente às indissociáveis relações entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto do conhecimento, saber e poder, natureza e cultura, ética e técnica, entre outras dualidades possíveis. Mais recentemente, setores do pensamento ambiental crítico reconhecem que não é suficiente evitar os reducionismos biológicos e econômicos, compreendem que todos os reducionismos são empobrecedores, inclusive os sociologismos e politicismos. Por essa perspectiva complexa torna-se não só possível como necessária a incorporação das questões culturais, individuais, identitárias e subjetivas que emergem com as transformações das sociedades contemporâneas, a ressignificação da noção de política, a politização da vida cotidiana e da esfera privada, expressas nos novos movimentos sociais e na gênese do próprio ambientalismo. Ou seja, as dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão e desenvolvimento, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades (LAYRARGUES E LIMA, 2011).

Nesse sentido é importante que lutemos para levar para dentro do sistema de ensino a disseminação de uma educação ambiental crítica, proporcionando aos educandos uma visão do todo, com questionamentos que perpassam seus cotidianos, os problemas em que a

sociedade se esbarra devido a manutenção de um sistema que busca obter lucros, passando por cima da dignidade, da sobrevivência e que se mantém à custa da classe trabalhadora.

Um congresso realizado por empresários no ano de 2005 intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina” mobilizou o empresariado para maior inserção dentro das escolas. Nessa mesma época, não por acaso, segundo o Ministério da Educação, a educação ambiental ganhou maior espaço dentro das escolas públicas brasileiras (Lamosa e Kaplan, 2015)

Uma pesquisa realizada pelo censo escolar feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontou que houve maior adesão das escolas ao tema entre 2001 e 2004, saltando de 61,2% para 94% respectivamente (LIMA, 2007). Para Lamosa e Kaplan (2008) a interpretação destes dados permite que possamos refletir acerca da relação direta da inserção da EA nas escolas na mesma época em que as discussões entre os empresários definem sua entrada nas escolas públicas.

Lamosa e Kaplan (2015) apontam que:

As parcerias público-privadas na educação brasileira e, sobretudo, a entrada de empresas nas escolas públicas ganharam grande impulso nos anos 2000. Desde os anos 1980, verifica-se um processo de difusão de campanhas de Responsabilidade Social Empresarial. As três principais iniciativas são: prêmio ECO (organizado pela Câmara Americana do Comércio), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE). A disseminação de instituições de mobilização empresarial no país continuou nas duas décadas seguintes (LAMOSA E KAPLAN, 2015).

A educação como espaço de formação para a convivência em sociedade e preparação para o mercado de trabalho se molda e se adapta ao longo do tempo para corresponder às demandas e interesses da classe dominante, dessa forma, a escola se torna lugar privilegiado para inserção e ocupação de empresas que ao perceberem a possibilidade de disseminar e formar os estudantes para manutenção do sistema tem buscado cada vez mais parcerias público-privadas, o que vai ao encontro do que Lamosa e Kaplan (2008) discutem ao apontar que “Ao atingir um público de milhões de alunos, pais e educadores, a escola pública se tornou indispensável para as empresas”.

Saviani (2011) traz que:

as ideias pedagógicas sofrem grande inflexão: passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso, se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (SAVIANI, 2011).

Ainda segundo o autor o conceito de “qualidade total” utilizado pelas empresas passa a ser incorporado dentro das escolas, os professores passam a ser considerados prestadores de serviços, os alunos clientes, e a educação um produto a ser comercializado. Neste sentido, a

escola passa a desenvolver o método de ensino corporativo, e disseminar formas de atuação que correspondem às lógicas do mercado (Saviani, 2011).

A atuação de empresas privadas dentro das instituições públicas de ensino é notória em outras pesquisas realizadas no País, uma pesquisa realizada pelo MEC em 2006 em âmbito nacional, apontou que cerca de 10% das escolas desenvolvem projetos de EA em parcerias com empresas (TRAJBER; MENDONÇA, 2006). Um outro estudo, realizado em 2010 no município de Teresópolis, apontou que 40% das escolas desenvolvem projetos com empresas privadas (LAMOSA, 2010).

A discussão acerca da educação ambiental necessita ser apropriada pela comunidade, ao desenvolver projetos em parcerias público-privadas, as escolas permitem que o discurso acerca de uma EA conservadora e até mesmo pragmática seja disseminada e aprofundada dentro do espaço escolar, além disso, a perspectiva de se desenvolver uma educação ambiental crítica fica comprometida, uma vez que, sabemos que não é de interesse do sistema e da classe dominante formar cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, que saibam se posicionar, questionar e buscar maneiras de romper com a forma como somos governados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo permitiu que pudéssemos compreender a maneira como a educação ambiental é tratada no município de Lavras – MG. Ao desenvolver projetos de EA através de parcerias público-privadas o município passa a compor estatísticas de estudos feitos anteriormente que apontou tal ocorrência. Compreendemos que se as escolas apresentam abertura para o desenvolvimento de tais parcerias, se faz importante que as Universidades e instituições públicas ocupem este espaço, buscando desenvolver projetos que possibilitem que os alunos possam se aproximar da temática compreendendo o meio ambiente de maneira integrada, como parte de si.

Ao propor projetos de EA voltados para a reciclagem, a coleta seletiva, economia de água e criação e manutenção de hortas, as escolas se distanciam da discussão e problematização da EA numa perspectiva mais crítica, estes temas são importantes e devem ser estudados, entretanto, não podem constituir a principal forma de estudo da temática, pois escamoteiam os verdadeiros problemas ambientais atuais, aprofundados e disseminados pelas grandes corporações, que são as verdadeiras desintegradoras e devastadoras do meio ambiente.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CELESTINO, Marcos Roberto. A formação de professores e a sociedade moderna. Dialogia, São Paulo, V.5, 2006.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen, Revista Economia (ANPEC), Brasília, v. 6, n. 2, p. 435-461, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. Rev. Em Aberto. Brasília, v.49, p. 3-14, jan./mar., 1991.

FURTADO, Dorneles Janine. Os caminhos da educação ambiental nos espaços formais de ensino aprendizagem: qual o papel da política nacional de Educação Ambiental? Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. V. 22, janeiro a julho de 2009.

LAMOSA, Rodrigo; KAPLAN, Leonardo. Tensão público-privado na Educação Ambiental: análise crítica dos projetos privatistas nas escolas públicas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; Sánchez, Celso; Accioly, Inny Bello; Costa, Rafael Nogueira. **Pensamento ambientalista numa sociedade em crise**. 1 ed. 2015.

LAYRARGUES Philippe Pomier.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 1, p. 23–40, mar. 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil**: Formação, identidades e desafios. 1 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

LIMA, M. J. G. S. O que fazem as escolas que fazem educação ambiental no Rio de Janeiro? **Anais da 30. Reunião da Anped**. Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambu (MG), 2007(CD).

LOUREIRO, Carlos Frederico e LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação Ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto. In: Políticas Ambientais, 9(5):6-7.2001.

LÜDKE Menga, ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 1986.

PÁDUA, Suzana Machado; SÁ, Lais Mourão. O papel da educação ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade. Rev. paran. Desenv., Curitiba, n. 102, p.71- 83, jan./jun. 2002.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência De Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente, Revista: Direito Fundamentais & Democracia. Curitiba, v. 6, 2009.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. Trajetórias da Educação Ambiental. In: PEDRINI, A.G. (org), Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis Vozes, 1997.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloísio. (org.). **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. Revista do Centro de Educação, v. 30, n. 2, p. 11-26, 2005.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. (Orgs.). **O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.